

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.785 - DF (2019/0081922-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
AGRAVANTE : IAGO VITURINO DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADOS : SAMYLLE DE MIRANDA HAICK (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF042032
ANA PAULA DAMASCENO SALAZAR (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF047223
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado como incurso no artigo 157 (roubo), § 2º, incisos I e II, do Código Penal (por quatro vezes), na forma do artigo 71 do CP, à pena de 10 (dez) anos de reclusão, em regime prisional inicial fechado, mais pagamento de 30 (trinta) dias-multa, no valor unitário mínimo legal.

O recurso da defesa foi parcialmente provido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 502):

PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. PENA DE MULTA. REGIME PRISIONAL. PARCIAL PROVIMENTO.

Afastada a análise negativa das circunstâncias do crime, reduz-se a pena-base. As penas de multa devem guardar proporção com a pena privativa de liberdade.

Adequado o regime prisional inicial fechado porque um dos acusados é reincidente e as circunstâncias judiciais não lhe são favoráveis e o outro registra circunstâncias judiciais desfavoráveis.

Apelação parcialmente provida.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega violação aos arts. 33 e 59, ambos do Código Penal.

Afirma que o relato de que a vítima ficou traumatizada, pois as consequências foram graves, não é motivação idônea para o aumento da reprimenda.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, assim, a revisão da pena-base.

Postula, também, a revisão do regime prisional para o semiaberto.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 543/545, afirmando que se encontram presentes os óbices das Súmulas n. 7 e n. 83/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 547/552.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 555.

Parecer ministerial pugnando pelo improvimento do apelo (e-STJ, fls. 570/572).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou os fundamentos da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

Primeiramente, a parte recorrente postula a revisão da pena-base.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 505):

A pena-base foi fixada em 06 (seis) anos de reclusão. Correta a fundamentação atinente às consequências do crime, pois a vítima Jessica estava numa parada de ônibus, em plena luz do dia, quando presenciou os apelantes chegarem numa motocicleta, armados.

Na sequência, antes de subtraírem o seu celular, agrediram covardemente uma terceira pessoa não identificada. E como bem delineado na sentença condenatória (fl. 293): "(...) a vítima ficou traumatizada, conforme constatado em seu depoimento, afirmando que sempre que vê uma motocicleta, imagina que os mesmos fatos possam ocorrer novamente (...)", tudo isso a justificar o aumento da reprimenda na primeira fase da dosimetria, uma vez que a ação criminosa acarretou consequências psicológicas catastróficas (fl. 7 - média fls. 185 e 189).

Por outro lado, a análise negativa das circunstâncias do crime deve ser afastada, pois foi fundamentada exclusivamente na agressão sofrida por uma terceira pessoa não identificada, uma vez que não foi ouvida em sede policial, nem em juízo, bem como não foi elaborado nenhum laudo de lesões corporais. Ademais, o crime cometido, em tese, contra esta suposta vítima, não foi sequer objeto deste processo.

Destaco que o julgador possui discricionariedade para explicitar os critérios que o levaram a quantificar a pena. Não se trata de critérios puramente matemáticos, mas daquilo que, servindo de base para apreciação, permita aferir a proporcionalidade entre os fundamentos

Superior Tribunal de Justiça

expostos e a quantidade de pena aplicada.

Assim, a pena-base deve ser reduzida para 5 (cinco) anos de reclusão.

Com efeito, o trauma sofrido pela vítima pode ser considerado para aumentar a pena-base, nos termos da jurisprudência deste Sodalício, não havendo que se falar em revisão.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO QUALIFICADO EM CONCURSO FORMAL. VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. PLEITO DE AFASTAMENTO DOS VETORES JUDICIAIS NEGATIVADOS. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. ENGATILHAMENTO DE ARMA DE FOGO. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. RECUPERAÇÃO PARCIAL DO BENS ROUBADOS, DE EXPRESSIVO VALOR, ALIADO AO TRAUMA SOFRIDO PELAS VÍTIMAS. IDONEIDADE DOS FUNDAMENTOS COLACIONADOS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE QUE SE IMPÕE.

(...)

2. A pena-base foi aumentada não em razão do emprego de arma de fogo, o que serviu como majorante, mas pela forma como se fez tal uso, de maneira cruel, amarrando-se a vítima com fita adesiva e apontando-se a arma para o seu pescoço, engatilhando-a e desengatilhando-a sucessivamente, causando abalo psicológico à vítima (HC n. 84.179/MS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 24/5/2010).

3. Não obstante ser decorrência comum dos crimes contra o patrimônio, levando em consideração o alto valor dos bens roubados (uma maleta contendo diversas joias e semijoias; uma televisão Samsung, 32 polegadas, cor preta, dois relógios, sendo um Victor Hugo dourado e um Tecnhos rosé; quatro aparelhos celulares, sendo três Samsung e um Nokia e um notebook, marca Sony Vaio - fl. 178), a não recuperação total, bem como o relatado trauma sofrido pelas vítimas, torna-se razão apta a exasperar a pena-base do crime de roubo.

(...)

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1780992/RO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 03/05/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO TENTADO. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. ALEGADA ABSOLVIÇÃO OU CRIME IMPOSSÍVEL. SÚMULA N. 7/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. REPRIMENDA BÁSICA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

(...)

4. A dosimetria da pena está inserida no âmbito de discricionariedade do julgador, estando atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas dos agentes, elementos que somente podem ser revistos por esta Corte em situações excepcionais, quando malferida alguma regra de direito.

5. A pena-base foi majorada em 1/6 com base nas consequências do crime de roubo, apontando elementos que extrapolaram os normais à espécie, notadamente o elevado abalo psicológico causado às vítimas, pois, conforme a narrativa de uma das ofendidas, sua residência foi invadida e ela foi obrigada a ver os filhos pequenos sob a mira do revólver de um dos executores do delito, causando inegáveis traumas, inclusive ao desenvolvimento dos menores.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1269276/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 02/04/2019)

No que tange ao regime prisional, a decisão destacou (e-STJ, fl. 507):

Adequado o regime prisional inicial fechado, uma vez que as circunstâncias judiciais são desfavoráveis (art. 33, § 3º, do CP).

Assim, "fixada a pena-base acima do mínimo legal, porque consideradas, no caso concreto, circunstâncias judiciais desfavoráveis, mostra-se cabível a fixação de regime prisional fechado, a teor do disposto no art. 33, §§ 2.º e 3.º, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal." (AgRg no HC 493.216/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019)

Neste sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. 53, 600KG (CINQUENTA E TRÊS QUILOS E SEISCENTOS GRAMAS) DE MACONHA. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA MAIS RÍGIDO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL RELATIVA À ENORME QUANTIDADE DE DROGA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM QUANDO UTILIZADA SIMULTANEAMENTE PARA NEGAR O REDUTOR.

Superior Tribunal de Justiça

1. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que a existência de circunstância judicial negativa justifica a fixação de regime mais rígido do que o demandado pelo montante da pena fixada.

(...)

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1770270/MS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 11/03/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator